A ÁFRICA EXPLICADA AOS MEUS FILHOS
...E CONTADA E IMAGINADA PARA AS CRIANÇAS DO BRASIL

Ynaê Lopes dos Santos[1]
Universidade Federal Fluminense

"Era uma vez, num reino distante...". |

Quantas das histórias que embalaram noites de infância não começaram com essa frase? Quantos personagens incríveis, seres fantásticos e tramas extraordinárias não povoaram o imaginário e os sonhos de crianças em diferentes partes do Brasil, por tantas e tantas gerações? Porém, quantas vezes o reino encantado e distante do "era uma vez" estava ambientado na África?

Por muito tempo, a África foi uma espécie de "não lugar" no Brasil, o país que mais recebeu africanos escravizados em todo o mundo e que dependeu do trabalho desses homens e mulheres (e de seus descendentes nascidos neste lado do Atlântico) para construir não só sua materialidade – durante mais de 300 anos a escravidão negra foi a mola propulsora da economia brasileira –, mas também as identidades culturais que constituíram e constituem o gentílico *brasileiro*.

E mesmo que vozes dissonantes, como Manuel Querino, já sublinhassem a positividade da variada gama de saberes e heranças africanas na formação do país, as elites que estiveram à frente da política do Brasil – país que engatinhava na experiência republicana já sem escravidão – acharam por bem proibir a entrada de imigrantes africanos livres, enquanto intensificavam políticas de imigração europeia no início do século XX, reservando um lugar deveras estereotipado (e negativo, na maior parte das vezes) para o legado da África no Brasil.

1 Professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

O português dengoso, que precisou se curvar e absorver sentidos e palavras oriundas de línguas africanas; o tempero de muitos pratos que se tornaram "tipicamente" brasileiros; o toque dos tambores e o balanço dos quadris; e até a capoeira – tão temida e combatida pelas autoridades durante e depois da vigência da escravidão – pareciam ser o limite permitido para as contribuições dos africanos. E não por acaso, as histórias escritas e oficializadas que cimentaram uma determinada ideia de Brasil, se mantiveram distantes do continente africano.

Em grande medida, o livro *A África explicada aos meus filhos* (2008, 160 páginas) escrito por Alberto da Costa e Silva e publicado em 2008, foi uma resposta para esse Brasil que, por tanto tempo, fez ouvidos moucos ao que estava bem ali, bem na sua frente, mas que preferiu manter apartada da História (aquela com H maiúsculo) ensinada nos bancos escolares, e o mais distante possível de qualquer assimilação imaginativa das crianças brasileiras. O livro, publicado pela editora Nova Fronteira, faz parte da coleção "explicando aos meus filhos", uma coletânea de obras escritas por especialistas sobre temas importantes (e por vezes sensíveis) da contemporaneidade, por meio de uma linguagem simples e direta.

Livro endereçado aos filhos e netos do Brasil, diz muito sobre as mudanças que a historiografia brasileira e o ensino de História estavam passando no início do século XXI, mudanças essas que tiveram os movimentos negros como protagonistas, e que por muito tempo caminharam de mão dadas com a produção de Alberto da Costa e Silva.

Esse não foi o primeiro, nem o último livro no qual Costa e Silva nos emprestou sua generosidade e sabedoria para ajudar a entender o quão africano somos, mas também (e talvez sobretudo) a diversidade da África que costumamos ignorar. Vale dizer que, no Brasil, o diplomata, historiador, ensaísta e poeta foi pioneiro na sistematização das histórias do continente africano, quando elas ainda não tinham um lugar demarcado nos cursos universitários e na formação superior dos professores de História do país. *A enxada e a lança* (1992) e *A manilha e o libambo* (2002) se tornaram obras de referência que, junto com a tradução dos sete primeiros

volumes da coleção *História Geral da África*, da Unesco, permitiram que estudantes e professores brasileiros pudessem arriscar mergulhos mais profundos em águas africanas.[2]

O Atlântico, que separa o continente africano da diáspora negra, também foi historiado por Alberto da Costa e Silva, que insistiu em sublinhar o quanto de África existe em nós. Nas obras *Um rio chamado Atlântico* (2003) e *Francisco Félix de Sousa* (2004), intercâmbios culturais e interesses políticos e econômicos foram desvelados, mostrando que, se por um lado houve resistência e reinvenção daqueles africanos sequestrados e mandados para as Américas, por outro não há como fazer uma História séria do Brasil sem contabilizar o peso do tráfico transatlântico e a gravitação da maior parte da economia brasileira em torno da escravidão. Não havia para onde correr: até 1888, as maiores fortunas do país estiveram diretamente ligadas à compra e venda de gente vinda da África e ao uso dela na grande agricultura, na mineração, no trabalho urbano, doméstico, enfim, por toda parte em que se produzia bens e serviços.

O diálogo das obras de Alberto da Costa e Silva com a produção das universidades brasileiras foi intenso e profícuo. O *boom* de estudos sobre o passado escravista nas décadas de 1980 e 1990 foi seguido pela urgência para compreender com maior acuidade a pluralidade africana que constituiu o Brasil desde o século XVI – e que variou no tempo e no espaço, a depender das origens dos africanos que adentravam o território brasileiro –, mas também mostrar que o continente africano era bem mais vasto e complexo do que a história brasileira podia abarcar. Embora já estivesse claro que não era possível entender o Brasil sem as histórias africanas, existiam muitas Áfricas que não nos diziam respeito, e que, mesmo assim, precisavam ser conhecidas para que pudéssemos ampliar nosso olhar sobre a experiência humana, aumentando nosso repertório de histórias vividas e também daquelas que poderiam ser imaginadas.

2 Coleção História Geral da África da UNESCO, edição em português. Disponível em:

Não foi por acaso que os movimentos negros brasileiros insistiam para que o ensino de histórias africanas e afro-brasileiras tivesse destaque na formação dos nossos estudantes. Essa pauta esteve presente na Constituinte de 1988 – a mais progressista do país até então –, mas não foi aprovada. Em meio ao processo de redemocratização, foi necessário, primeiro, que a política do alto estrato reconhecesse que o Brasil era, sim, um país racista, para, em seguida, desenhar políticas públicas que combatessem o racismo.

A promulgação da Lei 10.639, em 2003, talvez tenha sido uma das mais importantes vitórias do movimento negro e da sociedade civil no que diz respeito ao enfrentamento do racismo e à construção de uma sociedade mais igualitária.[3] Além de partir da constatação do caráter organizador do racismo, a obrigatoriedade do ensino das histórias e culturas africanas e afrodescendentes, bem como das indígenas, acenava para a urgência de transformar a maneira como o país entendia a sua própria história, revelando novos protagonistas e outros cenários na composição desse quebra-cabeça chamado Brasil.

Entre a teoria e a prática, havia o silêncio ensurdecedor de um racismo centenário. Uma das maiores dificuldades nos anos iniciais da implementação da lei – que em alguma medida ecoam ainda hoje – foi encontrar material adequado para trabalhar com as demandas criadas pela lei 10.639. Os livros já publicados por Alberto da Costa e Silva foram basilares para dar conta da carência desses conteúdos na formação do ensino básico e superior do país, e também pavimentaram os caminhos de outros historiadores para tornar a África mais próxima a nós. Exemplo disso são os livros *África e o Brasil africano*, de Marina de Melo e Souza (2005), e *Uma história do negro no Brasil*, de Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga (2006). Em ambos os casos, professores de importantes universidades brasileiras produziram materiais didáticos voltados para

3 Amilcar Pereira e Ana Maria Monteiro, *Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas*, Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

estudantes e professores das escolas brasileiras, com o intuito de iniciar a ocupação de um vazio na área.[4]

Mas a ignorância é como a hidra de muitas cabeças. E por isso, muitos deveriam ser os caminhos para chegar à África e sua polifonia histórica. Como ensinar aquilo que não se aprendeu? Ou pior: como ensinar aquilo que se aprendeu errado?

Por décadas, a África foi um continente ao mesmo tempo ignorado e, quando percebido, propositadamente mal ensinado nas escolas brasileiras. Uma decisão político-pedagógica que andava de mãos dadas com o imaginário que os veículos de comunicação frequentemente reforçavam sobre o continente, mantendo a lógica daquilo que a escritora nigeriana Chimamanda Adiche chamou de "perigo da história única".[5] Guerras "tribais", fome, pobreza extrema, catástrofes naturais, aids, ebola, savanas, Tarzan e Rei Leão... Por muito tempo, essas foram as principais palavras-chave que vinham à cabeça dos brasileiros quando o assunto era o continente africano.[6] Nem toda a grandiosidade do Egito Antigo conseguia barrar esse olhar homogêneo e pasteurizador. O Egito nem era pensado como parte da África. Como demonstrou o historiador e antropólogo senegalês Cheik Anta Diop, houve um projeto muito bem executado pelo Ocidente para apartar o Egito Faraônico de toda e qualquer ideia de África, mesmo ele sendo uma "dádiva do Nilo", um rio africano.[7]

4 Marina de Mello e Souza, *África e Brasil africano*, São Paulo: Ática, 2005; Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga Filho, *Uma história do negro no Brasil*, Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais/Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

5 Chimamanda Adiche, *O perigo da História única*, São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

6 Ynaê Lopes dos Santos, "Ah, isso sim é África! Estereótipos e novas abordagens de histórias africanas no ensino fundamental" *in* Giovana Xavier (org), *Histórias da escravidão e do Pós Abolição para escolas* (Cruz das Almas: EDUFRB/Belo Horizonte: Traço Fino, 2016), pp. 151-165; Ynaê Lopes dos Santos, "Uma história única sobre o continente africano: o tráfico transatlântico nos livros didáticos" *in* Lucilene Reginaldo e Roquinaldo Ferreira (orgs.), *África, margens e oceanos. Perspectivas de História Social* (Campinas: Editora da Unicamp, 2021), pp. 539-552.

7 Cheik Anta Diop, *The African Origin of Civilization*, New York: Lawrence Hill Books, 1989.

Sendo assim, tão importante quanto formar professores, era chegar nas crianças e adolescentes, que por gerações compartilharam um olhar homogeneizado e equivocado sobre o continente africano. Foi nessa quadratura histórica que Alberto da Costa e Silva resolveu explicar a África para seus filhos (e netos), fazendo uso do seu vasto conhecimento sobre o continente, do olhar aguçado que tinha sobre as formas como a região era (mal) vista, e da adaptação de uma técnica milenar em muitas sociedades africanas: a oralidade.[8]

A sensação de quem começa a ler o livro de Costa Silva é a de que um mais velho se sentou com algumas crianças para contar um par de histórias, à maneira dos *griots* que teceram tramas e personagens reais e inventados, conectando diferentes pontos e povos do continente. Não por acaso, o contador de histórias e historiador chamou cada um dos dez capítulos que compõem seu livro de "conversa": havia um desejo evidente de aproximar o público infanto-juvenil de um território tão vasto quanto desconhecido, propondo uma série de diálogos (hipotéticos, mas muito prováveis) que desmontam os tantos estereótipos que ainda pairam sobre a África.

Na primeira conversa, Alberto da Costa e Silva conforta a provável ignorância do leitor, que deve viver a dualidade entre as fantasias africanas dos filmes e romances (quase todos sem a presença de homens e mulheres negros) e os horrores que são anunciados nos noticiários de jornais e TVs. Mas esse reconforto dura pouco, e rapidamente ele nos lembra que, embora fantasias, romances e tragédias humanas e naturais façam parte da África, elas estão longe de sintetizar o continente. Então, é preciso conhecer melhor a geografia e a dimensão continental dessa África plural.

A África não é apenas um continente de savanas, Saara e elefantes. E entender a diversidade geográfica, as bacias hidrográficas, a variedade na topografia dos relevos, serve como introdução para sublinhar a significativa pluralidade não apenas de ambientes, mas de povos africanos que

8 Amadou Hampâté Bâ, "A palavra, memória viva na África", *Correio UNESCO*, v. 32, n. 8-9 (1979), pp. 16-23.

os habitam e neles construíram muitas e diferentes formas de organização econômica e política ao longo do tempo.

Essa é a deixa de Costa e Silva para entrar numa das maiores searas quando o assunto é África: o desmonte da ideia de que o continente foi constituído única e exclusivamente por aldeias e/ou tribos. Ainda que a existência de micro-sociedades tenha sido uma marca de diferentes regiões do continente, muitos reinos foram ali erguidos. Cuxe e Axum foram criados no período que chamamos de Antiguidade Clássica. Benim e Zanzibar também foram citados, mas o autor se demora mais nos reinos de Gana e do Mali, diferenciando-os dos países que atualmente têm o mesmo nome, e propondo um rápido mergulho no funcionamento dessas sociedades. A importância do ouro na economia de ambos os reinos, a dimensão cotidiana da vida de seus habitantes, as técnicas empregadas na metalurgia e na fiação de tecido e também o dinamismo do comércio, cujas trocas tinham dimensão internacional, alcançando outras regiões, inclusive fora do continente africano.

O mito de uma África ensimesmada é o tema com o qual Costa e Silva inicia sua terceira conversa. Nela, as muitas relações comerciais estabelecidas por diferentes sociedades africanas são reveladas, abrindo caminhos para compreender o início de um contato mais intenso entre os africanos e os europeus em meados do século XV. É nesse momento do livro que Alberto da Costa e Silva estabelece uma ponte entre a África desconhecida e a África próxima, mas ao mesmo tempo estereotipada, que povoa muitos imaginários brasileiros.

Um aspecto fundamental, sublinhado ao longo das conversas, é a soberania política e econômica das sociedades africanas que entraram em contato com os portugueses, desconstruindo assim a ideia falaciosa de que os lusitanos teriam encontrado povos “inferiores” que foram por eles obrigados a se curvar à pretensa superioridade europeia. Alberto da Costa Silva insiste em afirmar o papel crucial dos povos africanos nas trocas comerciais e nas relações diplomáticas decorrentes desse contato intercontinental.

A conversa se adensa no capítulo seguinte, já que ela passa a girar em torno da ideia de África tradicional. E o caminho escolhido é explicar o conceito de família extensa, passando pelos deveres e obrigações de cada um de seus membros, demonstrando assim que o modelo de família nuclear vendido como universal, é apenas uma possibilidade, dentre tantas outras. O lugar das crianças e dos idosos é especialmente pontuado, revelando não só como essas são fases da vida muito bem demarcadas, mas também que, ao contrário do que o sistema capitalista apregoa, a velhice é para ser comemorada e reverenciada, pois são justamente os mais velhos os que mais sabem. E como o livro é contado para os filhos e netos do Brasil, os orixás são trazidos à conversa para apontar o quanto do candomblé é ao mesmo tempo afro e brasileiro, mas também para mostrar como outras religiões se estabeleceram e foram cultuadas no continente, com destaque para o islamismo e várias formas de cristianismo.

Obeliscos, palácios, igrejas, rituais que reúnem máscaras, tambores e danças. As muitas formas de cultos religiosos e percepções da espiritualidade são invocadas para a quinta conversa, por meio de diálogos que viajam no tempo a demonstrar como a religiosidade fazia parte do cotidiano das sociedades africanas, inclusive como mecanismo para sustentar hierarquias sociais.

A formação de famílias mestiças é outro tema abordado, e que abre portas para que o autor explique a excepcionalidade das relações estabelecidas entre o reino do Congo e os portugueses, e do estabelecimento dos ingleses no que hoje conhecemos como África do Sul. Por aí ele chega a uma questão nodal: a compra e venda de africanos escravizados e as diferentes formas de participação das chefaturas africanas neste comércio desde o início.

Talvez um dos temas mais complexos a serem explicados para crianças e jovens seja o do tráfico de africanos escravizados. E por isso, uma conversa toda é dedicada ao tema. A diversidade é a chave para abrir e dar o tom da conversa. O historiador é muito didático na explicação de que os africanos não se viam (e ainda hoje não se veem) como um grupo

homogêneo, e, portanto, a afirmação de que "africanos escravizavam os próprios africanos" não faz sentido. Se, por um lado, alguns reinos e sociedades africanas lucraram com o tráfico (e o autor organiza uma lista de nomes), a imensa maioria dos povos africanos foi vítima do processo de escravização atlântica que sangrou o continente por quase quatrocentos anos. Um comércio tão longevo quanto complexo, cuja ascensão esteve diretamente ligada à paulatina perda de poder político das sociedades africanas, facilitando as expedições punitivas realizadas no século XIX, a invasão e colonização europeia oficializada por meio da partilha da África, em 1885.

A colonização do continente africano é o tema da oitava conversa de Alberto da Costa e Silva. Nela, o caráter conflituoso do processo colonial é enfatizado para se contrapor à ideia mentirosa de que os europeus teriam facilmente conquistado o continente. Portanto, essa conversa diz muito sobre a resistência que os povos africanos levantaram contra a presença europeia, que também precisa ser lida por meio da chave da diversidade, pois, afinal, alemães, belgas, franceses, portugueses e ingleses não criaram modelos coloniais exatamente iguais, e essas diferenças foram também uma resposta às diferentes formas de resistência africana.

Kwame Nkrumah, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Léopold Sédar Senghor são alguns dos nomes lembrados na oitava conversa, que gira em torno dos processos de independência dos países africanos, impulsionados pelas transformações econômicas, tecnológicas, políticas e sociais que marcaram a colonização do continente. Aqui, Alberto da Costa e Silva destaca a tentativa constante dos países europeus de convencerem os africanos de sua inferioridade, pontuando que as independências foram também uma resposta a esse perverso jogo ideológico. Mas a complexidade da vida africana não se resolveria com o fim do jugo colonial. Passada a euforia inicial pós-independência, uma série de dificuldades marcaram a formação dos estados nacionais africanos.

O período pós-independência e suas dificuldades são temas da nona e penúltima conversa de Alberto da Costa e Silva, que demonstra

quão complexo foram (e ainda são) os processos de construção nacional de países formados por dezenas de povos, com línguas, religiões e culturas distintas. E ainda tiveram que lidar com a manutenção da ideia de supremacia branca, como o Apartheid na África do Sul. Não por acaso, Nelson Mandela é um personagem crucial dessa conversa.

No último capítulo, Costa e Silva parece fazer uso da concepção de tempo espiralar, presente em muitas sociedades africanas, para voltar de maneira mais direta aos perigos da história única que ainda vigora quando o tema é África. Por que será que, apesar de tudo o que foi dito, até hoje os livros didáticos de história não mencionam os nomes dos 53 (agora 54) países africanos? Por que será que ainda insistimos na imagem de uma África faminta e pobre, esquecendo as histórias felizes e a capacidade inventiva dessas sociedades? Essas são algumas das perguntas feitas pelo autor. Ao explicar a África para seus filhos, Alberto da Costa e Silva vai fornecendo algumas pistas para respondê-las, ao mesmo tempo que aumenta o repertório de informações sobre África, permitindo que o próprio leitor retome suas dúvidas e inseguranças iniciais, e tente saná-las.

Mas esse é um caminho longo e tortuoso. Um caminho que, conforme já dito, tem pela frente o racismo e a ignorância, e ainda é preciso tomar o devido cuidado para distinguir um da outra. Para nossa sorte, esse é um caminho que já vem sendo trilhado por muita gente, os próprios africanos em sua maioria. Há muito tempo que *griots* e *domas*, escritores e historiadores, como Amadou Hampâté Bâ, Joseph Ki-Zerbo, Florence Mahoney, estão dizendo que as Áfricas têm histórias, e que elas são tão vastas quanto diversas.

Há, inclusive, um provérbio africano que diz: “até que os leões contem suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça”. Que bom que Alberto da Costa e Silva se juntou aos leões!

doi: 10.9771/aa.v0i70.65867